

**AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO**

**REUNIÃO DIRETORIA COLEGIADA (DIREC) - CBHSF**

**Data:** 23 e 24 de julho de 2024

**Local:** Belo Horizonte/MG

**Horário:** 09h às 17h e 09h às 12h

**Quadro de resumo dos encaminhamentos anexo à Ajuda Memória**

NOME		INSTITUIÇÃO
1.	José Maciel Nunes de Oliveira	Presidente CBHSF (Colônia de Pescadores Z-12)
2.	Marcus Vinícius Polignano	Vice-Presidente CBHSF (Instituto Guaicuy)
3.	Cláudio Ademar da Silva	Coordenador CCR Submédio SF (Psicultura Itaparica LTDA)
4.	Ednaldo de Castro Campos	Coordenador CCR Médio SF (Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte – AFAF)
5.	Anivaldo de Miranda Pinto	Coordenador CCR Baixo SF (Instituto de Estudos Culturais, Políticos e Sociais do Homem Contemporâneo)
6.	Altino Rodrigues Neto	Coordenador CCR Alto SF (Associação Desenvolvimento Artes e Ofícios)
<b>AGÊNCIA PEIXE VIVO</b>		
7.	Rúbia Mansur	Diretora Geral Interina
8.	Jacqueline Fonseca	Gerente de Projetos Interina
9.	Mauricio Oliveira	Analista – GI
10.	Alyne Tavares	Analista - GI
11.	Francimara Pereira	Auxiliar Administrativo - GI
12.	Manoel Vieira	Coordenador Técnico
13.	Gustavo Henrique Costa Simões	Presidente Interino do Conselho de Administração
<b>CONVIDADOS</b>		
14.	Roberto Farias	Coordenador da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
15.	Mariana Martins	Assessoria Comunicação CBHSF – Tanto Expresso

**1. Abertura e verificação de quórum.**

Após verificação do quórum, o Sr. Marcus Polignano, vice-presidente do CBHSF, declara iniciada a reunião.

**2. Aprovação da memória da reunião do dia 18/06/2024.**

Feitos os ajustes pontuados pelo Sr. Altino Rodrigues, a memória da reunião foi aprovada pelos presentes.

18 **3. Informes:**

19 **Reunião ANA realizada em 03/07/2024:** Anivaldo Miranda levantou questões importantes em  
20 relação à reunião e questionou se o Coordenador da CTOC esteve presente, destacando a  
21 importância da Câmara nesse contexto. Além disso, abordou a necessidade de se cobrar da ANA as  
22 medidas necessárias para sanar o passivo existente relativo a inadimplência e a importância de  
23 melhorar a comunicação com os usuários pagantes. O Sr. José Maciel explicou que a reunião com a  
24 ANA foi para discutir o estudo realizado pelo Comitê e pela APV sobre o aerolevanteamento,  
25 enfatizando a importância da atuação da ANA nesse sentido. Ele mencionou a dificuldade em se  
26 identificar e regularizar os usuários, sobretudo os de médio e pequeno porte, e ressaltou a  
27 necessidade de uma atuação conjunta entre ANA e CBHSF. Jacqueline Fonseca complementou,  
28 destacando a importância do apoio da ANA na regularização e na cobrança dos usuários, e reforçou a  
29 necessidade de um trabalho conjunto.

30 **Formação do GT inadimplência:** Rúbia Mansur explicou o objetivo do GT Inadimplência e  
31 mencionou o *status* da formação do grupo que está próximo de se completar. Para tanto, pontuou a  
32 necessidade de indicação de um usuário do Comitê para participar do GT. Trouxe a conhecimento a  
33 autoindicação do Secretário, que foi orientado a comunicar ao demais membros da diretoria. O  
34 Cláudio Ademar se colocou à disposição para representar os usuários dentro do GT, e Anivaldo  
35 chamou atenção para o fato de que se Almacks Luiz também se colocou à disposição, ambos os  
36 nomes devem ser considerados. Marcos Polignano defendeu a inclusão do Secretário do CBHSF no  
37 GT, devido ao seu envolvimento e conhecimento com a questão da inadimplência. Altino Rodrigues  
38 concordou com a indicação de Cláudio Ademar, mas destacou a importância de incluir um  
39 representante do setor de irrigação. Ednaldo Campos expressou sua preocupação com a agenda de  
40 Cláudio Ademar e sugeriu considerar também o nome de Adson Ribeiro, conforme proposto por  
41 Altino Rodrigues. Anivaldo Miranda levantou a questão da transparência no processo de seleção,  
42 defendendo que todas os usuários membros da bacia sejam incluídos na discussão. Neste contexto,  
43 Marcos Polignano propôs uma reunião virtual para os adimplentes interessados em participar do GT  
44 Inadimplência. Reforçou que o GT não substitui a ANA, mas pode auxiliar em uma possível solução.  
45 Ficou decidido que seja marcada uma reunião virtual com os membros usuários do CBHSF para a  
46 escolha de um nome para composição do GT. Posteriormente, será estabelecido um cronograma de  
47 reuniões para definir as ações do CBHSF.

48 **Indicações DIREC Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas:** Rubia Mansur informou que a diretoria  
49 aprovou uma resolução na última reunião, destacando a necessidade de se encaminhar as indicações  
50 pendentes. Após citar os indicados, os nomes foram ratificados e a Resolução será encaminhada para  
51 a Coordenação do Fórum. São eles: Cláudio Ademar da Silva, para a Câmara da Economia de  
52 Carbono; Anivaldo de Miranda Pinto e Manuella Maria Vergne Cardoso para a Câmara de Bacias  
53 Hidrográficas; Vanessa de Castro Dória Melo para a Câmara de Educação Climática; Luiz Roberto  
54 Porto Farias para a Câmara de Assuntos Jurídicos e Regulatórios.

55 **Situação DG APV:** José Maciel agradece a presença do Presidente Interino do Conselho de  
56 Administração da APV e disse que sua presença foi solicitada para contextualizar os motivos da  
57 demissão da Diretora Geral da APV. Em seguida, Gustavo Henrique agradece o convite e ressaltou a  
58 importância da colaboração entre o Conselho e o CBHSF. Ele fez um relato detalhado sobre a recente  
59 demissão da Diretora Geral Elba Alves, explicando que ocorreu após um longo processo de análise e  
60 discussão iniciado em fevereiro de 2024, após ter notícia dos conflitos já existentes. O Sr. Gustavo  
61 Henrique apresentou os motivos que levaram à demissão da Diretora Geral da APV, resumidos em  
62 três pontos principais: conflitos de relacionamento com a equipe, a burocratização dos processos, o  
63 que prejudicava o planejamento e alcance de metas, e a falta de contratação da empresa que iria  
64 avaliar o clima corporativo como um todo. A falta dessa contratação, que não ocorreu mesmo após  
65 mais de três meses, foi um agravante que contribuiu para a decisão da demissão, somando-se aos  
66 problemas de burocracias e de relações interpessoais conturbadas. O Conselho observou que a  
67 Agência teve um desempenho satisfatório em 2023 com os três gerentes, depois da saída de Célia  
68 Fróes, e que os projetos estavam em andamento, as metas eram alcançadas, etc. A entrada de Elba

69 Alves em outubro de 2023 foi identificada pelo Conselho de Administração como o único elemento  
70 novo que poderia estar contribuindo para a situação que estava ocorrendo. Para evitar a perda de  
71 mais gerentes, como ocorreu com o Gerente de Projetos, que decidiu deixar a agência mesmo após a  
72 demissão de Elba Alves, o Conselho decidiu desligar a Diretora Geral. Gustavo Henrique informou  
73 que a demissão de Elba Alves foi comunicada de imediato ao presidente do CBHSF, e presidentes dos  
74 demais Comitês, ANA e IGAM, logo no dia da demissão, com o objetivo de explicar os motivos de  
75 forma coordenada e evitar ruídos que pudessem gerar mais reclamações. Destacou que o processo  
76 de demissão foi conduzido de forma muito transparente. Em seguida, o presidente do CA anunciou a  
77 nomeação de Rúbia Mansur como diretora interina por 60 dias, prorrogáveis por mais 60, e a  
78 realização de uma reunião no final de julho, após o retorno das suas férias, para discutir alternativas  
79 para a substituição de Elba Alves, consultando os comitês para uma solução conjunta. Na  
80 oportunidade, informou que um parecer encomendado a Taís Guimarães, será apresentado na  
81 referida reunião, com o objetivo de analisar as alternativas para o cargo. Três opções estão sendo  
82 consideradas: aproveitar o processo seletivo anterior, iniciar um novo processo seletivo ou fazer uma  
83 indicação, seja interna ou externa. Disse que a viabilidade jurídica de cada alternativa ainda precisa  
84 ser avaliada. Comunicou que, apesar da interinidade da Diretora Geral atual, a agência continuará  
85 com seus processos, incluindo a contratação de um gerente de gestão estratégica e a preparação do  
86 planejamento estratégico. Gustavo Henrique informou ainda que Rúbia Mansur tem mantido o  
87 conselho atualizado sobre os procedimentos e processos da APV, e que a gestão compartilhada com  
88 o conselho foi solicitada para garantir maior apoio no dia a dia da agência. Além disso, informou que  
89 o CA autorizou a agência a iniciar o processo de contratação do planejamento estratégico, mesmo  
90 que o GGE ainda não esteja contratado. A contratação do planejamento estratégico avançará  
91 paralelamente com a participação dos comitês e do GGE quando este for contratado. Mencionou que  
92 também foi estabelecida a interinidade de Jacqueline Fonseca na Gerência de Projetos por 60 dias,  
93 prorrogáveis por mais 60, enquanto se busca uma solução definitiva para a posição do Gerente de  
94 Projetos. Por fim, manifestou sua intenção em participar da plenária de final de ano para fortalecer  
95 esse alinhamento e garantir que o trabalho realizado seja o melhor possível, e reiterou seu  
96 compromisso com a transparência e o alinhamento entre os atores do sistema de recursos hídricos.  
97 Anivaldo Miranda posicionou-se frontalmente contrário ao relato de Gustavo Henrique, recorrendo  
98 sobretudo a três premissas iniciais: primeiro estranhou que ali a Diretoria Colegiada do CBHSF ouviu  
99 unilateralmente apenas um dos lados da questão notoriamente polêmica ao não convocar e ignorar  
100 inteiramente a versão da diretora demitida, Elba Alves. Em segundo lugar, colocou que era muito  
101 conveniente para esse mesmo Conselho da Agência Peixe Vivo transformar a diretora recém  
102 nomeada e posteriormente demitida como "bode expiatório" e, dessa forma, encobrir o fundo da  
103 questão, ou seja, a sua inteira responsabilidade no desencadeamento da crise provocada com a saída  
104 arbitrária da ex-diretora Célia Fróes à raiz de manobra antiética urdida no seio do citado Conselho  
105 para abrir caminho a um dos seus componentes como novo Diretor Geral da APV. Além disso,  
106 Anivaldo Miranda sublinhou que, mesmo ante a gravidade da crise administrativa que provocou  
107 conturbando por mais de um ano o clima de trabalho na APV, o Conselho desrespeitou o acordo  
108 firmado em Brasília, durante reunião com representantes da ANA e do CBHSF, além do próprio  
109 Conselho, destinada a contornar a crise da sucessão na liderança executiva da APV. Naquela reunião  
110 ficou acertado que haveria um processo seletivo público e transparente para a escolha do novo  
111 diretor ou diretora da APV, mediante Termo de Referência a ser elaborado conjuntamente por Grupo  
112 de Trabalho a ser composto por indicações do Conselho da APV, da ANA e do CBHSF e que, aprovado  
113 esse Termo de Referência, representantes da ANA e do CBHSF participariam como convidados de  
114 todas as etapas do referido processo seletivo. Anivaldo Miranda lembrou ainda que esse acordo foi  
115 inteiramente desrespeitado e citou como corresponsáveis por esse desrespeito a ANA, que silenciou  
116 completamente, e o presidente do CBHSF, Maciel Oliveira, que passou por cima da decisão da DIREC  
117 ao não exigir a constituição do Grupo de Trabalho acima referido; ao não ouvir e interagir com  
118 Roberto Farias, coordenador da CTIL/CBHSF, que fora indicado juntamente com ele, presidente, para  
119 representá-la nesse mesmo Grupo de Trabalho, e arbitrariamente, sem conhecimento do colegiado,

120 participar de reunião convocada pelo Conselho da APV para examinar o Termo de Referência (feito  
121 sob medida unilateralmente pelos integrantes do próprio Conselho) em reunião virtual, ao que se  
122 sabe expandida com a participação de CBHs estaduais e do IGAM de Minas Gerais, detentores de  
123 interesses e contratos diferentes do Contrato de Gestão específico e de interesse particular do  
124 CBHSF, uma manobra claramente feita para facilitar as gestões reprováveis de interesse do Conselho  
125 da APV. A partir do levantamento dessas premissas, Anivaldo Miranda postulou que, face a estes  
126 fatos, quem deveria ter sido demitido era o Conselho da APV por reincidência de atos hostis ao  
127 Contrato de Gestão e ao devido respeito ao CBHSF. Ainda sobre a demissão da diretora Elba Alves,  
128 que classificou como um processo não-transparente, Anivaldo Miranda postulou que ela foi  
129 escolhida apesar de ter sido a terceira colocada na parte técnica e de mérito do processo seletivo  
130 falho encomendado pelo próprio Conselho com lacunas explícitas, bem como nomeada e empossada  
131 sem qualquer esforço prévio dos seus nomeantes para alertá-la e orientá-la nas novas funções, ou  
132 seja, nas palavras de Anivaldo Miranda foi simplesmente jogada e abandonada à própria sorte pelo  
133 Conselho da APV que, posteriormente, lavou as mãos sem a maior cerimônia quando uma crise  
134 previsível de relacionamento laboral eclodiu. Anivaldo Miranda informou ainda que se estendia na  
135 análise desse ponto apenas para deixar registrado do ponto de vista da história do CBHSF o seu  
136 posicionamento. Afirmou que, por falta de relatos imparciais e transparentes deixaria de comentar  
137 as razões apresentadas pelo Sr. Gustavo Henrique para demitir Elba Alves, até mesmo porque a  
138 própria demitida, em conversa com diretores do CBHSF, contestou essas mesmas razões. Sobre o  
139 desdobramento do processo informou que, por motivo de coerência, irá se abster porque o certo  
140 seria fazer um novo processo seletivo elaborado, desta vez, conforme as regras estabelecidas  
141 conjuntamente na reunião de Brasília e posteriormente desrespeitadas afrontosamente pelo  
142 Conselho da APV, conforme dito anteriormente. Todavia, tendo em vista o final da atual gestão, os  
143 efeitos negativos causados ao CBHSF e à execução das próprias obrigações contratuais da APV e ao  
144 clima de instabilidade criado entre os funcionários e funcionárias da APV, a repetição de tal processo  
145 seletivo neste momento traria mais desgastes do que benefícios. Consequentemente, prosseguiu,  
146 nada tem a objetar em relação à nomeação das funcionárias Rubia Mansur e Jacqueline Evangelista  
147 para responder interinamente pela direção geral e parte técnica da APV, respectivamente. Gustavo  
148 Henrique agradeceu as observações e esclareceu que, apesar de não ter tido uma comissão formal  
149 para a elaboração do Termo de referência, houve discussões entre as partes, incluindo o CBHSF e a  
150 ANA, e, portanto, a seleção da diretora Elba Alves seguiu os critérios definidos. Esclareceu que  
151 embora o conselho tenha tentado dar suporte à nova diretora, a gestão interpessoal foi um desafio.  
152 Marcus Polignano agradeceu a participação de Gustavo Henrique, destacando a importância do  
153 diálogo para evitar crises e melhorar a relação entre a agência e o comitê. Após a saída do presidente  
154 do CA da sala, Marcos Polignano e Cláudio Ademar discutiram questões de governança e gestão da  
155 agência, com foco na transparência e no planejamento estratégico. Marcos Polignano lembrou os  
156 problemas passados, como tentativas inadequadas de nomeações e a necessidade de um  
157 planejamento estratégico sólido. Ele sugeriu que, independentemente da decisão sobre a liderança,  
158 o comitê deve focar em avançar com o planejamento estratégico para resolver os problemas  
159 existentes. Cláudio Ademar ressaltou a importância de se manter um ambiente de tranquilidade,  
160 especialmente em um ano eleitoral, e defendeu que o conselho deve focar na transparência e  
161 aguardar uma resposta jurídica antes de tomar qualquer decisão. Apoiou a continuidade de Rúbia  
162 Mansur como diretora interina, destacando sua experiência como crucial para estabilizar a situação.  
163 Rúbia Mansur agradeceu o apoio e informou que já iniciou o desenvolvimento do planejamento  
164 estratégico, embora reconheça que não será possível resolver todos os problemas em 60 dias,  
165 estando focada nas prioridades. Ednaldo Campos e Altino Rodrigues também apoiaram a  
166 continuidade de Rúbia Mansur na Direção Geral da APV e destacaram a importância de fortalecer a  
167 relação entre o comitê e a agência, além de avançar no planejamento estratégico. No final, Marcus  
168 Polignano resumiu que há consenso sobre a importância da continuidade de Rúbia Mansur para  
169 garantir a estabilidade institucional e que o planejamento estratégico deve ser uma prioridade para o  
170 bom funcionamento da agência.

171 **Eleição CNRH:** José Maciel relatou que a eleição para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
172 estava altamente disputada, com uma participação significativa dos comitês das regiões Sul e  
173 Sudeste. Mencionou que o CBHSF, através da DIREC, articulou sua participação em reuniões e grupos  
174 de Comitês Interestaduais, dando destaque para a contribuição de Altino Rodrigues. Explicou que,  
175 apesar da resistência em relação ao CBHSF, por já ter participado anteriormente, a articulação  
176 possibilitou a formação de uma proposta, ficando acordado que, no primeiro ano, o Comitê  
177 Paranaíba seria o titular, com o Paranapanema como suplente, enquanto Paraíba do Sul, CEIVAP e  
178 CBHSF seriam suplentes. No segundo ano, haveria uma alternância, com o CBHSF e Paranapanema  
179 assumindo as titularidades. Em complemento, Altino Rodrigues ressaltou que, embora a falta de  
180 apoio de outros comitês parceiros tenha sido um desafio, a condução foi feita de maneira respeitosa,  
181 reconhecendo a importância do CBHSF ao longo do processo. A articulação resultou em um acordo  
182 para manter uma pauta contínua e fortalecer a representação política nas discussões sobre recursos  
183 hídricos. Disse que o sentimento geral foi de união, com todos reconhecendo a importância de  
184 trabalhar juntos para alcançar resultados sólidos na defesa da pauta de recursos hídricos.  
185

#### 186 **4. Resolução DIREC que “Dispõe sobre o Processo Eleitoral do CBHSF Gestão 2025/2029” e Edital**

187 Rúbia Mansur destacou a importância de se aprovar a resolução e o edital ainda este ano, para que o  
188 processo possa ser iniciado em janeiro ou fevereiro de 2025. O objetivo é licitar e assinar o contrato  
189 com a empresa de mobilização até novembro. Um grupo de trabalho, composto por membros da  
190 CTIL e CTAL, com o apoio da Agência Peixe Vivo, foi criado para revisar a resolução e o edital. Roberto  
191 Farias explicou que a revisão visa tornar a resolução mais eficaz para os procedimentos eleitorais de  
192 2025, destacando melhorias nos critérios de avaliação e garantindo poderes adequados para a  
193 comissão eleitoral. José Maciel discutiu a evolução do processo eleitoral e a contratação de empresas  
194 para mobilização. Roberto Farias detalhou as atribuições da comissão eleitoral e a importância de  
195 seguir o calendário estabelecido. O debate incluiu a questão da certidão de quitação para  
196 participação no processo eleitoral. José Maciel sugeriu substituir a certidão por uma verificação de  
197 adimplência feita pela ANA, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados. Cláudio Ademar  
198 concordou em evitar o uso da palavra "certidão" e sugeriu comunicar claramente a impossibilidade  
199 de participação para inadimplentes. José Maciel também propôs incluir um parágrafo sobre  
200 inadimplência no processo eleitoral. Cláudio Ademar levantou a questão da separação dos  
201 segmentos de pesca, turismo e lazer, destacando a importância histórica da pesca e sugerindo  
202 discutir a questão no CNRH. Marcos Polignano lembrou que a separação já está prevista na Lei 9.433  
203 e deve ser seguida. Anivaldo Miranda destacou a necessidade de especificar claramente a  
204 participação da sociedade civil, como associações e sindicatos, para evitar desequilíbrios. Ele  
205 ressaltou que a federação representativa dos sindicatos deve deter o voto para garantir a  
206 participação igualitária. José Maciel sugeriu incluir um artigo que aborde o segmento de pesca,  
207 turismo e lazer para evitar problemas como a inscrição em massa por sindicatos. Roberto Farias  
208 focou no artigo oitavo, que trata das organizações civis de recursos hídricos elegíveis para o processo  
209 eleitoral, ressaltando a necessidade de critérios objetivos, como mínimo de cinco anos de existência  
210 e atuação em bacias hidrográficas. Ele apontou que consórcios intermunicipais, em processo de  
211 equiparação da agência reguladora, não podem participar, e que a situação foi identificada como  
212 uma anomalia pelo grupo de trabalho. Será necessário alterar o regimento interno do comitê para  
213 corrigir essa questão. Altino Rodrigues concordou com a necessidade de ajuste no regimento para  
214 evitar duplicidade na representação. Cláudio Ademar destacou o problema do poder público ocupar  
215 vagas destinadas à sociedade civil e sugeriu transferir vagas para representantes de quilombolas ou  
216 outros segmentos da sociedade civil. Marcos Polignano concordou, alertando sobre possíveis  
217 conflitos no preenchimento das vagas. Mauricio Oliveira enfatizou a importância de seguir o  
218 regimento interno, e Cláudio Ademar argumentou que manter a conformação atual pode resultar em  
219 impugnações judiciais. Roberto Farias concordou e destacou a necessidade de uma análise jurídica e  
220 correção do regimento interno para evitar questionamentos judiciais. Anivaldo Miranda levantou  
221 questões sobre a gestão de açudes em Pernambuco e a representação das associações de acordo

222 com o artigo oitavo. Rúbia Mansur mencionou que o regimento interno previa a participação dessas  
223 associações, e Roberto Farias confirmou que, se houver previsão regimental, essas associações têm  
224 direito à participação. Marcos Polignano sugeriu ajustar os destaques feitos por Rúbia Mansur e fazer  
225 os ajustes necessários. Roberto Farias propôs que o documento fosse revisado pela CTIL antes de ser  
226 encaminhado para a DIREC. Rúbia Mansur informou que as inscrições serão realizadas *online* e para  
227 isso foi criado um e-mail específico para recebimento das inscrições, que deverão ser feitas através  
228 de formulário próprio. As procurações poderão ser emitidas com antecedência e a validação dos  
229 participantes, especialmente de ONGs, será feita de forma clara, seguindo rigorosamente as regras  
230 estabelecidas no edital. Marcos Polignano sugeriu ajustes no processo de inscrição e validação de  
231 participantes, enfatizando que o processo eleitoral deve seguir rigorosamente as regras  
232 estabelecidas. Rúbia Mansur e Maurício Oliveira farão os ajustes necessários, conforme os  
233 alinhamentos da diretoria. A CTIL avaliará o parágrafo 08, e o documento será revisado pela CTIL  
234 antes de ser encaminhado para aprovação da DIREC.

235

236 **5. Definição sobre as cidades que serão foco de mobilização e realizadas as plenárias setoriais do**  
237 **Processo Eleitoral (TDR mobilização para processo eleitoral)**

238 Rúbia Mansur explicou que precisa definir os municípios foco da mobilização e onde serão realizadas  
239 as plenárias setoriais. Em seguida, apresentou uma proposta de datas e municípios, justificando que  
240 foram mantidos os municípios do processo anterior. Após isso, foram feitos alguns ajustes em datas  
241 e municípios, atendendo a solicitações de membros da diretoria.

242

243 **6. Resolução DIREC que “Determina as situações de impossibilidades de financiamento de projetos e**  
244 **iniciativas com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São**  
245 **Francisco”**

246 Retirado de pauta.

247

248 **7. Resolução DIREC que “Dispõe sobre a formação de um Grupo de Trabalho para acompanhar a**  
249 **atualização do Plano de RH 2016-2025”**

250 Rubia Mansur chamou atenção para a resolução a ser aprovada na formação do GP para acompanhar  
251 a atualização do plano de São Francisco, lembrando que na reunião anterior, foi decidido deixar a  
252 resolução em *standby* e articular a questão do plano, que é importante. José Maciel relatou sobre a  
253 participação em uma reunião com a ANA, junto com Altino Rodrigues, onde discutiram a necessidade  
254 de atualizar o plano da bacia, considerando mudanças climáticas e outros fatores globais, e  
255 receberam o compromisso da ANA em ajudar no processo. Rúbia Rubia destacou que a equipe da  
256 ANA participou de uma reunião da CTPPP e enfatizou a importância de um plano integrado que  
257 considere as especificidades territoriais e o impacto das ações nas bacias e afluentes. A ANA sugeriu  
258 revisar o termo de referência para refletir essas mudanças, defendendo ampla participação de  
259 órgãos gestores e da sociedade. Jacqueline Fonseca reforçou a necessidade de integrar o plano com  
260 o Pacto das Águas e mencionou que a ANA enviou notas técnicas para serem consideradas no plano.  
261 Ela sugeriu pequenas adaptações no termo de referência atual para evitar atrasos e custos elevados.  
262 Ednaldo Campos destacou que a integração com os planos existentes dos comitês afluentes, citando  
263 como exemplo os da Bahia, facilitaria a criação de uma visão mais ampla do plano. Marcus Polignano  
264 argumentou que o plano atual não deve ser descartado, pois muitas ações previstas ainda não foram  
265 implementadas. Ele sugeriu focar em um plano integrado que incorpore os resultados dos trabalhos  
266 em andamento, como o enquadramento de corpos d'água. Cláudio Ademar concordou com a  
267 necessidade de revisar o plano, considerando mudanças climáticas e alinhando-o com metas  
268 internacionais. Anivaldo Miranda sugeriu que, em vez de priorizar a atualização do plano, fosse  
269 realizado um debate sobre o conceito do plano, focando na eficiência dos gastos e na inclusão de  
270 questões como as mudanças climáticas. Altino Rodrigues chamou atenção para o PAP, ressaltando a  
271 necessidade de se verificar o que não foi realizado anteriormente e focar na otimização dos recursos.  
272 Marcus Polignano propôs a contratação de um estudo para examinar detalhadamente o plano,

273 identificando o que foi cumprido e o que não foi, além das dificuldades encontradas, como falta de  
274 recursos ou problemas de governança. Esse estudo ajudaria a orientar a próxima gestão e a ajustar o  
275 plano em resposta às mudanças climáticas. Cláudio Ademar destacou a importância de, durante o  
276 diagnóstico, levantar informações sobre como o plano está alinhado com as perspectivas  
277 internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Anivaldo Miranda reiterou  
278 que o pacto das águas foi um trabalho coletivo e deve estar incluído na revisão. Ficou aprovada pela  
279 DIREC, conforme proposto por Marcus Polignano, a contratação de empresa para levantamento do  
280 estado de execução do plano, identificando as razões pelas quais ele não foi totalmente executado.  
281 O levantamento também analisará o que conseguiu avançar, o que não avançou e os motivos disso.  
282 Nesse processo, serão incluídos aspectos como mudanças climáticas e integração de bacias.  
283 Inicialmente, o foco será na construção de um diagnóstico da execução do plano, para que, com base  
284 nos resultados, seja possível contratar a elaboração do novo plano.

285

#### 286 **8. Questão PAP 2021-2023, pós CTPPP**

287 Rúbia Mansur apresentou uma proposta de remanejamento, levando-se a importância de ajustar o  
288 saldo negativo em certas rubricas para atender às recomendações da auditoria. Explicou que  
289 remanejamentos abaixo de 20% não precisam passar pelo plenário, mas superiores a isso exigem  
290 aprovação. Em seguida, falou sobre a necessidade de se aportar recursos para viabilizar a execução  
291 de alguns projetos. Justificou que algumas rubricas apresentaram saldos negativos, como a de  
292 participação em eventos, devido ao aumento de custos com passagens aéreas e combustível. A  
293 proposta é ajustar o orçamento para os anos seguintes e equacionar as rubricas de acordo com as  
294 necessidades. Anivaldo Miranda expressou sua insatisfação com a abordagem atual da discussão  
295 sobre o orçamento, afirmando que ela não é adequada para tratar questões complexas. Ele destacou  
296 que o orçamento está defasado não apenas devido às mudanças na realidade, mas também por uma  
297 definição conceitual inadequada. Segundo o Coordenador do Baixo SF, o orçamento tem priorizado  
298 ações que deveriam ser de responsabilidade do poder público, como o saneamento, e que o comitê  
299 não tem capacidade para implementar isso de forma significativa. Ele criticou a alocação de grandes  
300 quantias para projetos que considera não essenciais, enquanto questões fundamentais, como a  
301 recuperação de nascentes e da cobertura vegetal não estão contempladas. Anivaldo Miranda  
302 também fez críticas ao plano de educação ambiental, que ele acredita estar excessivamente formal e  
303 inflacionado, em vez de ser lúdico e inclusivo. Ele ressaltou a necessidade de um relatório analítico  
304 sobre o orçamento, que não foi produzido pela Agência Peixe Vivo. Mencionou ainda a importância  
305 de uma rede de monitoramento e a necessidade de avaliar os gastos com logística, apontando um  
306 aumento desproporcional nas despesas. Anivaldo Miranda também observou que o comitê tem  
307 aceitado imposições da ANA sem questionamentos, ajustando-se às conveniências da Agência.  
308 Claudio Ademar expressou que Anivaldo Miranda tem razão em alguns pontos, mas que a questão  
309 levantada não será resolvida imediatamente, pois está relacionada ao planejamento, algo que a  
310 diretoria não realizou adequadamente. Cláudio Ademar apontou a falta de planejamento, que  
311 resultou na ausência de metas claras e prioridades definidas. Ele destacou a importância de utilizar  
312 ferramentas de planejamento para orientar as ações da diretoria, especialmente no fim da gestão.  
313 Mencionou ainda a falta de orçamento para demandas espontâneas. Na oportunidade, questionou  
314 se há recurso disponível para o programa "Produtor de Água", e por fim pontuou a questão do  
315 remanejamento para um projeto em Paulo Afonso, que já foi aprovado, mas precisa de ajustes  
316 orçamentários devido ao aumento do volume necessário. Rúbia Mansur esclarece que as rubricas  
317 orçamentárias existem, mas que a necessidade de mais recursos será avaliada conforme as propostas  
318 sejam recebidas. Ela reforça que o objetivo é evitar a pulverização de ações e que, se necessário,  
319 recursos adicionais serão aportados. Esclareceu ainda que, no modelo do PAP atual, não há uma  
320 rubrica específica para demandas espontâneas como havia no antigo PAP. Explicou que o novo  
321 modelo proposto pela ANA busca evitar a pulverização de ações, focando em projetos específicos  
322 como saneamento e recuperação hidroambiental. Enfatizou que o planejamento é dinâmico e  
323 ajustável ao longo do tempo, permitindo readequações conforme necessário. Marcus Polignano

324 destacou a importância de não misturar assuntos diferentes, afirmando que cada questão deve ser  
325 tratada separadamente para facilitar a tomada de decisão. Ele mencionou que as rubricas existentes  
326 já têm previsões orçamentárias, mas algumas delas extrapolaram ou ficaram com saldo, uma  
327 situação comum tanto no setor público quanto no privado. O Sr. Marcus Polignano reconheceu que a  
328 inflação e a imprevisibilidade de custos, como passagens aéreas, complicam o planejamento, e que  
329 adequações orçamentárias são inevitáveis e defendeu que a gestão tem sido rigorosa e transparente,  
330 enfatizando que os gastos realizados estão de acordo com o planejamento. Além disso, sugeriu que  
331 um novo plano de ações seja desenvolvido com a nova diretoria, incluindo uma revisão do  
332 planejamento atual para avaliar se o comitê está no caminho certo. Concluiu afirmando que ajustes  
333 maiores e mais estruturados devem ser realizados no próximo ano, após uma análise detalhada do  
334 plano diretor e com a participação da nova gestão. José Maciel destacou a necessidade de a agência  
335 focar em como está alocando os recursos e como pode melhorar a formatação dos projetos.  
336 Enfatizou a importância de não esquecer os projetos estratégicos do Comitê, conforme indicado por  
337 Anivaldo Miranda e outros participantes. Anivaldo Miranda questionou a discrepância nos valores  
338 solicitados para 2024 em relação ao orçamento previsto e solicitou esclarecimentos de como houve  
339 uma diferença tão grande (saneamento), mencionando que o aumento foi inesperado e que isso  
340 precisa ser mais bem explicado. Disse que o Comitê não deve ser responsável por alertar  
341 continuamente sobre problemas orçamentários, e que por este motivo se vê no direito de se abster  
342 da votação. Marcus Polignano concordou com as observações de Anivaldo Miranda e destacou que a  
343 questão do aumento no valor do saneamento deve ser esclarecida. Mencionou que projetos de  
344 saneamento foram aprovados e votados, o que pode ter causado a impressão de que não há  
345 problemas. Sugeriu que Rúbia Mansur prepare uma nota técnica explicativa sobre a situação,  
346 incluindo a possibilidade de ajustar o orçamento conforme necessário. Confirmou a aprovação com  
347 ressalvas e destacou a importância de explicações claras para evitar mal-entendidos futuros. A  
348 deliberação foi aprovada e a nota explicativa deverá ser enviada posteriormente pela Peixe Vivo.  
349 Anivaldo Miranda se absteve na votação. Na oportunidade, Rúbia Mansur disse entender e  
350 concordar em parte com as observações feitas. Ressaltou que a equipe precisa encontrar uma forma  
351 de melhorar a transparência na execução dos projetos. Ela sugeriu considerar uma revisão na  
352 frequência das reuniões para garantir um acompanhamento mais eficaz. Mencionou que o POA está  
353 disponível no *site*, mas que às vezes a informação pode parecer fria. A ideia é criar uma rotina que  
354 permita um ajuste mais ágil e eficiente, a fim de evitar surpresas negativas e melhorar o controle  
355 interno da agência. Por fim, Anivaldo Miranda isentou Rúbia Mansur de responsabilidades  
356 relacionadas à direção, destacando que essas atribuições não eram originalmente dela. Expressou a  
357 expectativa de que, com essa compreensão, a situação será melhorada, e ofereceu seu total apoio às  
358 mudanças propostas.

359

#### 360 **9. Procedimento Unificado de Manifestação de Interesse**

361 Rubia Mansur contextualizou sobre a origem da demanda, explicando que o Procedimento Unificado  
362 de Manifestação de Interesse (PMI) tem como objetivo o envio de propostas para formação de uma  
363 carteira, o que irá subsidiar a execução de 2025 e a construção do próximo PAP. Em seguida,  
364 projetou e fez a leitura do documento. Jaqueline Fonseca fez as complementações nos  
365 esclarecimentos das dúvidas dos presentes. Disse que o prazo para o lançamento do edital e o tempo  
366 até a execução podem afetar a capacidade de contratação até 2025. Por exemplo, se o edital for  
367 lançado em agosto, o resultado só será conhecido no final do ano. O processo completo, incluindo a  
368 elaboração do termo de referência, pode se estender até março ou abril de 2025. Portanto, apenas  
369 projetos de demandas especiais podem ser executados até lá; os demais serão adiados para o  
370 próximo PAP. Destacou a necessidade de avaliar a disponibilidade financeira e a adequação dos  
371 projetos à rubrica disponível no PAP. Se o valor disponível não for suficiente, será necessário realizar  
372 um remanejamento. Neste sentido enfatizou a importância de um planejamento financeiro  
373 detalhado e a necessidade de adequações para a execução dos projetos. Apesar de haver um valor  
374 de referência, ajustes serão feitos conforme a disponibilidade e os requisitos dos projetos. Ednaldo

375 Campos expressou sua preocupação com o tempo e a tramitação dos projetos. Comentou que o  
376 edital, conforme planejado, terá um prazo de 180 dias (6 meses) para iniciar e concluir. A  
377 necessidade de formatar a contratação e reduzir o tempo de execução foi destacada. José Maciel  
378 perguntou se os projetos serão executados diretamente ou por meio da Caixa Econômica Federal.  
379 Jacqueline Fonseca respondeu que é possível reformular o contrato com a Caixa para permitir a  
380 execução direta de alguns projetos, dependendo da natureza dele. A ideia é que projetos como  
381 saneamento básico e construção de grandes obras possam ser executados diretamente pelo  
382 município, enquanto outros projetos podem exigir uma abordagem diferente. Rúbia Mansur  
383 mencionou a ideia de utilizar a "Escola de Projetos", que envolve parcerias com universidades para  
384 desenvolver projetos, como por exemplo, planos municipais de saneamento básico. Essa abordagem  
385 poderia ser uma forma econômica e eficaz de realizar projetos, aproveitando a expertise das  
386 universidades e a coordenação dos alunos. José Maciel, em concordância, destacou a importância de  
387 discutir a possibilidade de parcerias com fundações públicas, já que a experiência com fundações  
388 privadas ainda não foi completamente esclarecida, e defendeu que o comitê precisa "sair da  
389 caixinha". Jacqueline Fonseca concluiu que é necessário realizar uma reunião para discutir a  
390 viabilidade das ideias apresentadas e avançar com a execução dos projetos. Ela destacou a  
391 importância de definir claramente os critérios e as rubricas do planejamento para garantir a eficácia  
392 dos projetos e a utilização adequada dos recursos disponíveis. Por fim, a diretoria aprovou a  
393 publicação do Procedimento Unificado de Manifestação de Interesse (PMI).

394

395 **10. Resolução DIREC já aprovada que "Dispõe sobre a política e o edital para concessões de**  
396 **submissões de apoio do CBHSF previstas na DN 83/2014 e dá outras providências" – Apresentação**  
397 **Edital**

398 O Sr. Marcus Polignano mencionou que, por decisão da última reunião da DIREC, a resolução sobre a  
399 política de concessão de apoios foi encaminhada para a CTIL. Nesse sentido, ele questionou o  
400 coordenador da CTIL sobre o *status* desse encaminhamento. Em resposta, o Sr. Roberto Farias  
401 informou que, após a decisão da diretoria, a matéria foi enviada para a relatoria, que já apresentou  
402 uma proposta. A Câmara estendeu o prazo até 31 de julho para que os demais membros  
403 contribuíssem ao texto antes de finalizá-lo e encaminhá-lo à DIREC. O Sr. Marcus Polignano observou  
404 como a matéria está sob a responsabilidade da CTIL, e a decisão desta ainda será definida, o tema  
405 será retirado de pauta e discutido na próxima reunião.

406

407 **11. Discussão sobre Programa Produtor de Água**

408 Altino Rodrigues falou sobre a oficina realizada no Alto SF e sobre o Programa Produtor de Água,  
409 destacando sua importância para a revitalização e requalificação hidroambiental da Bacia do São  
410 Francisco. Ele sugeriu a institucionalização do programa em toda a bacia, além da adesão atual na  
411 região do Alto São Francisco. Maciel Oliveira propôs incluir o programa no POA 2025, enquanto  
412 Cláudio Ademar e Ednaldo Campos recomendaram realizar uma oficina sobre o tema nas suas  
413 regiões fisiográficas, por ocasião das reuniões das CCRs.

414

415 **12. Discussão sobre a possível criação da CT Educação Ambiental**

416 O Sr. Altino Rodrigues destacou a importância desta Câmara Técnica (CT), enfatizando que um  
417 programa de gestão de recursos hídricos não pode ser efetivo sem a inclusão efetiva da educação  
418 ambiental. José Maciel considerou essa questão essencial e solicitou que o coordenador do Alto São  
419 Francisco enviasse uma proposta de trabalho. Anivaldo Miranda questionou a abordagem do  
420 programa de Educação Ambiental e a forma como o CBHSF tem desenvolvido essas ações,  
421 apontando a falta de dinamicidade e criatividade. Ele argumentou que a política de Educação  
422 Ambiental deve ser discutida na DIREC para uma análise mais aprofundada. Anivaldo Miranda  
423 também observou que o CBHSF possui Câmaras Técnicas que não estão funcionando  
424 adequadamente e concordou com a proposta de José Maciel sobre a necessidade de uma  
425 fundamentação e planejamento para justificar a criação de novas iniciativas. Marcus Polignano

426 afirmou que o programa de educação ambiental do CBHSF respeitou as especificidades da bacia e  
427 propôs que a discussão avance para resultar em uma proposta mais bem definida para a diretoria.  
428 Também sugeriu atualizar a diretoria sobre a questão orçamentária e o direcionamento dos recursos  
429 para as ações de educação ambiental. Foi aprovada a reativação do Grupo de Trabalho (GT) de  
430 Educação Ambiental, que será vinculado à Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP).  
431 Na ocasião, Rúbia Mansur concordou com a vinculação do GT à CTPPP.

432

### 433 **13. Estudo de levantamento submédio e baixo**

434 Jacqueline Fonseca fez a apresentação do *status* das ações na região do Submédio e Baixo SF. Ao  
435 término da apresentação foi aberto o debate. Ednaldo Campos demonstrou insatisfação com o fato  
436 do levantamento realizado na bacia do rio Formoso e do rio de Ondas, na região do oeste da Bahia,  
437 ter sido realizado e não ter sido dado conhecimento do coordenador da CCR e nem do presidente do  
438 comitê daquela região, e neste sentido pediu que fosse informado. Cláudio Ademar defendeu a  
439 necessidade de se criar estratégias para mudar a realidade no submédio e José Maciel falou da  
440 parceria do CBHSF com a ANA, para que se conheça quem são esses usuários e quais os seus usos,  
441 além de defender a necessidade do comitê auxiliar na busca para minimizar as questões relacionadas  
442 aos problemas referentes a esse assunto.

443

### 444 **14. Deliberação Normativa que “Dispõe sobre o Código de Ética e Conduta do CBHSF”**

445 Retirado de pauta.

### 446 **15. Questão custeio de membros das CCRs**

447 Rúbia Mansur destacou a importância dos prazos para solicitações de logística, transporte aéreo e  
448 locação de veículos, e solicitou apoio para garantir a conformidade com esses prazos. Após debates,  
449 ficou definido que para as reuniões das CCRs, o custeio de titulares e suplentes está aprovado.

450

### 451 **16. Estandes:**

452 **XV ENAU – Encontro Nacional de Águas Urbanas e V SRRU – Simpósio de Revitalização de Rios**  
453 **Urbanos (16 a 20 de setembro de 2024):** Rúbia Mansur informou que a demanda foi encaminhada  
454 por Suzana Montenegro, para um evento que será promovido pela ABRHidro. Na sequência,  
455 apresentou a proposta com seus respectivos valores e contrapartidas. A Diretoria não aprovou. José  
456 Maciel justificou que o CBHSF precisa valorizar a sua marca e apoiar eventos que preze pelas pautas  
457 de interesse do Comitê.

458

459 **17. XVII SRHNE – Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste (24 a 29 de novembro de 2024):** Seguindo  
460 o mesmo entendimento, a demanda não aprovada pela Diretoria.

461

### 462 **18. Assuntos Gerais**

463 **Menção Honrosa E Ofício De Agradecimento:** José Maciel propôs fazer, em nome do CBHSF, uma  
464 Menção Honrosa a Thiago Campos, e ofício de agradecimento a Elba Alves pelos serviços prestados,  
465 sendo as propostas aprovadas pelos presentes.

466

### 467 **19. Encerramento**

468 Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada.

469

470

471

*Reunião realizada por videoconferência, 23 e 24 de julho de 2024.*

472

473

474

Nº	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
01	Marcar agenda virtual entre os adimplentes que se interessam no GT para seleção (usuários do plenário)	GI (Mara)	Imediato
02	Programa enquadramento da bacia – ajuste no PAP	GP	Imediato
03	Publicar Resolução e enviar as indicações para o Fórum Brasileiro de M Climáticas	GI (Maurício)	Imediato
04	Verificar questão embarque e desembarque – interpretação jurídica	GI	Imediato
05	Pautar a resolução CTIL para conclusão final da discrepância encontrada no dispositivo Art.8 Grupo 1. O restante do texto está aprovado	GI	Imediato
06	Atualização do Regimento Interno do CBHSF	CTIL	Médio prazo
07	PRH SF – Contratação de empresa para levantamento do status da execução do PRH SF e do porquê não foi executado em sua totalidade. Do que conseguiu avançar. Diretrizes incluir mudança climática e integração. Atendimento ODS e Pacto das Águas. A partir desse diagnóstico contratar o plano	GP	Imediato
08	Questão Edital Apoio – Aguardar posicionamento CTIL – Apresentar o parecer na próxima reunião	CTIL	Imediato
09	DN Código de Ética – pautar em próximas DIRECs	DIREC	Próximas DIREC
10	Dar retorno aos apoios – Aguardar edital. Não será apoiado o ENAU e SRHNE	GI	Imediato
11	Menção Honrosa Thiago e ofício de agradecimento a Elba pelos serviços prestados	GI	Imediato
12	Aprovada deliberação normativa do CBH remanejamento do PAP. APV deve apresentar nota explicativa com todas os remanejamentos especialmente com a justificativa da questão do saneamento. Pq teve um salto tão grande?	APV – GP e diretoria Geral	Imediato